

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA  
carlosalexandre.df@dabr.com.br

## Aliás...

Se o candidato chavista se dá o direito de duvidar do resultado das urnas, o que dizer do pleito venezuelano? Perseguição a adversários políticos, dificuldades no cadastro de fiscais eleitorais e manipulação do Judiciário são algumas das denúncias que pesam contra o governo de Maduro. Com a possibilidade de perder a disputa eleitoral neste domingo, aumenta o risco de ocorrerem novas arbitrariedades.

## Alerta na escola...

O Ministério da Educação emitiu, ontem, um alerta para os candidatos ao Programa Universidade para Todos, ante evidências de fraudes na internet. O MEC informou que as inscrições ao ProUni são gratuitas e que o canal oficial e exclusivo para inscrição on-line para o segundo semestre de 2024 é o Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. Antes de divulgar o comunicado, o ministério derrubou um site falso que usava a mesma identidade visual da pasta.

## ...E nos bancos

Na semana passada, o Banco do Brasil divulgou um comunicado aos correntistas por ocasião da pane mundial conhecida como “tela azul”. A instituição informou, entre outras recomendações, que não entra em contato com os clientes para pedir mudança de senha. E que não sugere a instalação de módulo de segurança de qualquer aplicativo.

## TCU na ONU

O Tribunal de Contas da União comandará, por seis anos, o Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas. O conselho tem como atribuição realizar uma auditoria externa das finanças da ONU, além de programas e missões de paz. O primeiro trabalho, informou o presidente do TCU, Bruno Dantas, será verificar a missão de paz em Kosovo. Dantas também pretende mostrar os trabalhos do Climate Scanner, iniciativa que avalia políticas públicas para mudanças climáticas.

## GOVERNO

## PF e Abin apuram ação hacker

Ministério da Gestão alerta para “incidente grave de segurança”. Problema afeta nove pastas, além da Casa da Moeda e do Coaf

» EVANDRO ÉBOLI

A Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) investigaram uma possível ação de hacker contra o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) Multiórgão de nove ministérios, da Casa da Moeda e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O SEI é um sistema responsável pelo andamento eletrônico de processos administrativos de várias pastas e de diversos órgãos do governo e foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), cuja sede é no Rio Grande do Sul. Os ministérios alvos de possíveis ações de invasores cibernéticos foram: Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Fazenda; Povos Indígenas; Planejamento e Orçamento; Previdência Social; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Igualdade Racial e Mulheres; do Empreendedorismo e da Microempresa; e da Empresa de Pequeno Porte.

## Boletim interno

O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) fez circular, internamente, ontem, um boletim interno apontando a ocorrência de um “incidente grave de segurança cibernética”, que atingiu, terça-feira, a partir das 11h, essas pastas e órgãos. O **Correio** teve acesso ao boletim interno da pasta, com o carimbo de “urgente” e intitulada “Incidente de TI” (tecnologia da informação), emitido pela Secretaria de Serviços Compartilhados do ministério (veja o comunicado na imagem ao lado).

“As equipes estão atuando para assegurar que os dados estejam íntegros e seguros. Ainda não há previsão para a conclusão

do reparo”, informa a mensagem compartilhada pelos meios internos dos ministérios.

O MGI solicitou aos funcionários que “diante da situação, busquem soluções alternativas para não ter paralisação de nenhum processo ou procedimento urgente” e “informem todos os casos em que os computadores estejam sem acesso à internet”.

Procurado pelo **Correio**, o MGI informou que divulgaria uma nota pública, na qual confirmou que houve um “incidente de segurança cibernética” — embora a classificação “grave” não estivesse presente, diferentemente do boletim interno. A pasta diz que o incidente se restringiu ao SEI Multiórgão e algumas funcionalidades do Processo Eletrônico Nacional”.

Diz ainda que o SEI dos demais órgãos não foi afetado, assim como os serviços ofertados ao cidadão por meio do gov.br — que permite às pessoas irar certidões e obter documentos, inclusive em órgãos públicos das unidades da Federação.

Na PF, o episódio deve ficar a cargo da Diretoria de Crimes Cibernéticos. A corporação acompanha o caso e está instruindo a equipe do MGI, mas ainda não instaurou nenhum procedimento formal sobre o episódio.

Este é o segundo ataque sofrido por sistemas do governo federal. Em abril, piratas cibernéticos invadiram o Sifai, sistema de administração financeira usado na execução de pagamentos. Gestor da ferramenta, Tesouro Nacional reforçou a segurança, sobretudo por meio de várias checagens dos usuários habilitados a operar o sistema e autorizar pagamentos.

Na invasão do Sifai, os hackers tentaram movimentar cerca R\$ 9 milhões do orçamento do MGI.

## Achaque de Maduro ofende o valor da democracia no Brasil

À medida que se aproximam as eleições na Venezuela, o governo brasileiro se vê cada vez mais obrigado a assumir uma posição mais clara em relação ao regime de Nicolás Maduro. Enquanto o presidente Lula se diz “assustado” e diz que quem perde eleição precisa de um “banho de voto”, o candidato de Caracas se sente cada vez mais à vontade para avacalhar o Brasil. Primeiro, recomendou “chá de camomila” a quem está preocupado com a democracia no país vizinho. Depois, juntou-se ao clube dos inimigos da urna eletrônica.

Ao colocar em dúvida a lisura do processo eleitoral brasileiro, que enfrentou durante meses os ataques sistemáticos por parte do governo Bolsonaro e de setores das Forças Armadas em 2022, Maduro lança um expediente típico de antidemocratas. Ele ofende o Brasil por duas razões: em primeiro lugar, lançou incerteza sobre a vitória de Lula em 2022 em uma disputa hiperpolarizada e

de grande tensão política; em segundo lugar, questionou o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal, instituições que foram fundamentais para a democracia brasileira se impor a rompantes golpistas.

A tolerância com o regime de Maduro e as supostas afinidades entre o presidente Lula e o governo de Caracas estão minando a reputação do Brasil, uma das democracias mais importantes do continente e com um sistema eleitoral de credibilidade internacional. É urgente estabelecer uma fronteira clara entre a democracia brasileira e o surto autoritário e populista enraizado em Caracas.



## Come to Brazil

As duas maiores cidades brasileiras bateram recorde de turistas estrangeiros no primeiro semestre de 2024. São Paulo recebeu mais de 1,1 milhão de visitantes de janeiro a julho, em um aumento de 5,33% em relação ao mesmo período do ano passado. O Rio de Janeiro, por sua vez, viu desembarcarem 760 mil estrangeiros, o melhor resultado desde a Copa do Mundo de 2014. Para a Embratur, parcerias e investimentos em infraestrutura, como aeroportos, contribuíram para fortalecer o turismo no país.

## Direito à paisagem

Está nas mãos da senadora Eliziane Gama (PPS-MA) o projeto de lei nº2898/2024, que cria a Política Nacional da Paisagem. A iniciativa, defendida pela Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e pela Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap), estabelece diretrizes para preservação de paisagens urbanas e naturais, levando em consideração aspectos ambientais, estéticos e culturais. A proposta também prevê a participação da sociedade na defesa da paisagem, pois se trata de um bem coletivo.

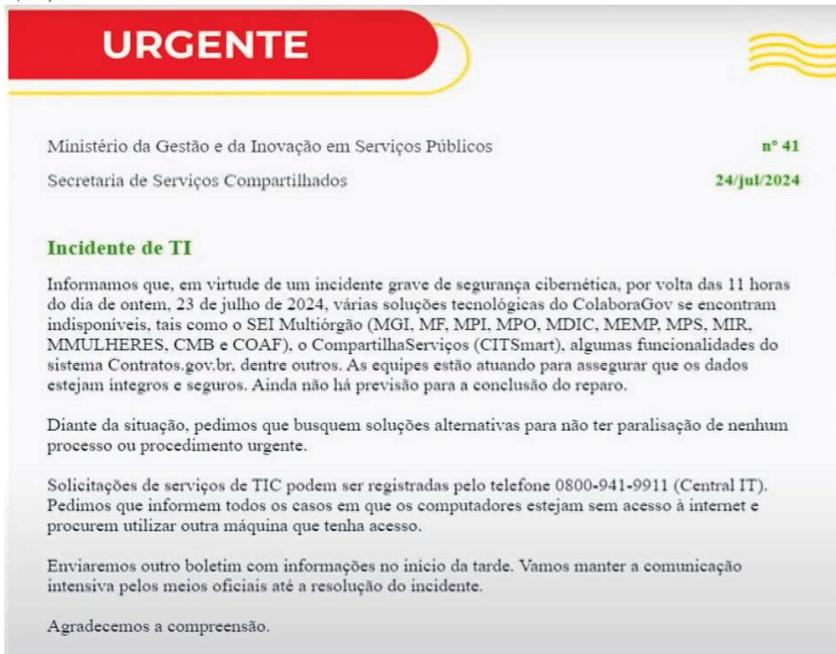
## Lacuna visual

Promotor de Justiça e vice-presidente da Abrampa, Luciano Loubet afirma que o projeto de lei visa preencher uma lacuna na legislação. “A paisagem ainda carece de uma lei nacional que estabeleça normas gerais, conceitos, instrumentos, princípios, gestão, planejamento, e penalidades por danos”, sustenta. Nem mesmo Brasília, capital tombada desde 1987, está imune a agressões visuais.

## Reconhecimento

O projeto Observatório do Cadastro Único, ferramenta do governo federal que monitora a situação de 40 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social, é finalista do Prêmio Espírito Público. O concurso premia as melhores iniciativas do serviço público. Sob comando da brasiliense Letícia Bartholo, secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Observatório reúne dados para subsidiar programas sociais como o Bolsa Família.

Reprodução/Redes sociais



MGI adverte para o fato de que “equipes estão atuando para assegurar que os dados estejam íntegros e seguros”

## Empresa explica apagão no Windows

» PEDRO JOSÉ\*

A empresa de cibersegurança CrowdStrike, responsável pelo apagão cibernético global no último dia 19, divulgou, ontem, um relatório apontando o real motivo do incidente que fez vários aplicativos deixarem de funcionar durante horas e prejudicar até mesmo a movimentação dos aeroportos em várias partes do planeta.

Segundo a CrowdStrike, o erro ocorreu em um “bug” (uma

paralisação) no mecanismo que verifica a qualidade de atualizações. Isso afetou a atualização do software de segurança no sistema operacional Windows, fornecido pela Microsoft.

A falha foi responsável pelo chamado “erro da tela azul” (ou blue screen of death em inglês). Trata-se de uma imagem exibida pelo Windows quando o sistema operacional encontra um problema que o impede de continuar funcionando normalmente.

De acordo com a CrowdStrike,

“essas atualizações são uma parte regular dos mecanismos de proteção dinâmica da plataforma Falcon (...) que resultou em uma falha do sistema Windows”. O incidente gerou consequências financeiras para a empresa de segurança, que viu suas ações na bolsa de valores de Nova York despencarem cerca de 25% após o apagão — uma perda de mais de US\$ 10 bilhões.

A Microsoft afirmou que cerca de 8,5 milhões de computadores foram afetados pelo

## » Aumento nas ações de pirataria

Em apenas seis meses deste ano, houve o maior número de incidentes cibernéticos em sistemas do governo federal desde 2020. As informações são do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (CTIR), do governo federal. São classificados como incidentes cibernéticos invasões por piratas, vazamento de dados, e-mails com vírus ou outro tipo de conteúdo malicioso ou a criação de páginas falsas. Segundo o levantamento do CTIR, até 1º de julho houve 4,7 mil incidentes cibernéticos — mais do que o dobro que de 2023. Na comparação com 2020, até 1º de julho daquele ano foram 4,4 mil incidentes.

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi